

SÉRIE:

PROFESSOR (A): Nayron Toledo

PROVA: NP1

SALA:

ALUNO (A): _____

DISCIP.: Tributário

TURNO:

MATRÍCULA:

--	--	--	--	--	--	--	--

DATA:

TURMA:

NOTA:

OBS: NÃO SERÃO ACEITAS QUESTÕES RASURADAS, NEM FEITAS À LÁPIS.

VALOR DA PROVA – 8,0 PONTOS

QUESTÃO 1	QUESTÃO 2	QUESTÃO 3	QUESTÃO 4	QUESTÃO 5	QUESTÃO 6

1. Considere as seguintes atribuições dos órgãos legislativos da esfera federal: (1,0 PONTO)

I. Estabelecimento de limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. Julgamento anual das contas prestadas pelo Presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.

III. Tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

À luz da disciplina constitucional da matéria, referidas atribuições competem, respectivamente, a

- a) Senado Federal; Câmara dos Deputados; Congresso Nacional.
- b) Senado Federal; Congresso Nacional; Câmara dos Deputados.
- c) Congresso Nacional; Câmara dos Deputados; Senado Federal.
- d) Congresso Nacional; Senado Federal; Câmara dos Deputados.
- e) Câmara dos Deputados; Senado Federal; Congresso Nacional

I – Senado federal – art. 53, IX

II - Congresso Nacional - art. 49, IX

III – Câmara do Deputados – art. 51 II

Resposta - B

2. A Constituição da República de 1988 adotou elementos de federalismo cooperativo na repartição de competências entre os entes federados, distribuindo competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes. Assim sendo, a respeito da organização do Estado estabelecida na Constituição, assinale a afirmativa correta. (1,0 PONTO)

- a) Em relação às competências legislativas concorrentes da União e dos Estados, havendo norma federal e estadual divergentes, deve prevalecer a norma federal, que serve de fundamento de validade à norma estadual.
- b) É vedado aos Estados criar códigos tributários próprios, uma vez que compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro e tributário.
- c) É vedado à União decretar intervenção federal em Município localizado em território federal quando este não tiver aplicado o mínimo exigido de sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, competindo à lei complementar fixar normas de cooperação entre os entes.

Resposta: Letra D

D) Correto. É a previsão do art. 23, inciso VI, da CF/88, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo. Esse artigo prevê uma competência comum ou paralela a todos os entes federativos. Percebam que são interesses difusos a serem protegidos, diferente das matérias constantes do art. 21, nas quais nota-se o interesse predominante da União.

B) Errado. Tal competência é concorrente, prevista no art. 24, inciso I, da CF/88, o que significa que União, Estados e DF podem legislar sobre tais assuntos.

C) Errado. Tal possibilidade está previsto no art. 35, inciso III, da CF/88. Ressalte-se que, em regra, a União não pode intervir em Municípios, a não ser que eles estejam localizados em território federal, como menciona a alternativa.

A) Errado. Conforme previsão do art. 24, par. 4.º, da CF/88, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia (e não revoga) da lei estadual, no que lhe for contrário. Ressalte-se ainda que se a lei federal tratar de questões específicas, de forma diferente da lei estadual, prevalecerá a lei estadual, já que, a competência da União limita-se à criação das normas gerais. Ademais, a lei estadual não retira seu fundamento de validade da norma federal, já que, inexistindo lei federal sobre

a matéria, Estados e DF têm competência legislativa plena, conforme o par. 3.º do art. 24, da CF/88

3. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por ...I... , proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de ...II... ou mais de ...III... Deputados. (1,0 PONTO)

Preenche, correta e respectivamente, as lacunas I, II e III:

- a) lei - quatro - oitenta
- b) lei complementar - sete - oitenta
- c) lei complementar - oito - setenta
- d) lei - oito - setenta
- e) lei complementar - quatro - sessenta

RESPOSTA C

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

4. A Constituição brasileira não pode ser emendada (1,0 PONTO)

- a) na implantação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados.
- b) na vigência do estado de sítio e na implantação do estado de emergência.
- c) quando em estado de sítio e durante a intervenção da União nos Municípios.
- d) na vigência de estado de defesa, de estado de sítio e de intervenção federal.

Resposta – D – art. 60 parágrafo 1º

5. Na ausência de lei federal estabelecendo normas gerais sobre proteção de ecossistemas ameaçados, determinado estado da

Federação editou, no passado, a sua própria lei sobre o assunto, estabelecendo desde princípios e valores a serem observados até regras específicas sobre a exploração econômica de tais áreas. Criou, ainda, fiscalização efetiva em seu território e multou empresas e produtores que desrespeitaram a lei. Anos depois, a União edita lei contendo normas gerais sobre o tema e muitas de suas disposições conflitavam com a anterior lei estadual.

Com relação a este caso, assinale a afirmativa correta. (1,0 PONTO)

a) O estado não poderia ter estabelecido normas próprias na ausência de lei nacional com disposições gerais que definissem marcos a serem seguidos pelos estados. Em consequência, são nulas todas as multas aplicadas anteriormente à publicação da lei editada pela União.

b) No campo das competências legislativas concorrentes, a União deve legislar sobre normas gerais e o estado pode editar normas suplementares, mas enquanto inexistir lei federal, a competência do estado é plena. A superveniência de lei geral nacional suspende a eficácia das disposições contrárias da lei dos estados.

c) A lei aplicável, no caso concreto, será aquela que estabelecer padrões mais restritivos, em atenção à proteção do meio ambiente, não importando se tal norma é a federal ou se a editada pelos estados-membros.

d) A União não poderia legislar, uma vez que o assunto é matéria de interesse local, não havendo justificativa para lei nacional sobre o tema. Houve invasão de competência privativa dos estados.

RESPOSTA - B

ART. 24

IV - VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

6. O Deputado Federal "Y" foi objeto de extensa investigação, e diversas reportagens jornalísticas indicaram sua participação em fraudes contra a previdência social. Além disso, inquéritos da polícia chegaram a fortes indícios de diversas práticas criminosas por uma quadrilha por ele liderada. O Ministério Público ofereceu denúncia contra sete acusados, incluindo o parlamentar. (1,0 PONTO)

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa;

não sendo concedida a licença, ficará suspensa a prescrição, até o fim do mandato.

b) O processo criminal contra o deputado federal deverá tramitar perante o Superior Tribunal de Justiça e tem procedimento especial previsto em lei.

c) O tribunal competente, recebida denúncia contra o deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Câmara dos Deputados, que poderá sustar o andamento da ação por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, até a decisão final.

d) Os deputados federais não podem ser presos em hipótese alguma, pois são invioláveis, na forma prevista na Constituição da República.

RESPOSTA - C

ALTERNATIVA A. Está incorreta. Embora os deputados federais e senadores depois de diplomados gozem de imunidade à prisão, admite-se que sejam presos em duas hipóteses: (i) flagrante delito de crime inafiançável, situação na qual os autos serão remetidos em 24 horas à Casa Legislativa, que resolverá sobre a prisão pelo voto da maioria dos seus membros (art. 53, §2º, da CF/88); (ii) condenação judicial transitada em julgado (decisão do STF na AP 396/RO [Caso Natan Donadon] e na AP 470-1/MG [Caso Mensalão]).

ALTERNATIVA B. Está incorreta. A competência para julgamento dos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores), desde a diplomação, é do Supremo Tribunal Federal (art. 53, §1º, da CF/88). Vale lembrar que a competência por prerrogativa de função prevalece inclusive sobre a competência do tribunal do júri.

ALTERNATIVA C. ESTÁ CORRETA. Trata-se da chamada imunidade processual relativa, segundo a qual a Casa Legislativa a que pertença o parlamentar denunciado por crime praticado após a diplomação, poderá sustar o andamento da ação, por iniciativa de partido nela representado; a decisão será tomada por maioria absoluta e poderá ser feita até a decisão final. O pedido de sustação será apreciado pela Casa no prazo improrrogável de 45 dias. Vale lembrar que o prazo prescricional também ficará

suspensão enquanto durar o mandato (art. 53, §3º, §4º e §5º da CF/88).

ALTERNATIVA D. Está incorreta. O congressista não goza mais de imunidade processual absoluta, que deixou de vigorar em 2001, com o advento da Emenda Constitucional nº 35. O STF não precisa mais de licença da Casa Legislativa para processar parlamentar. Havendo indícios suficientes de autoria e materialidade do delito a Corte poderá receber a denúncia, iniciando, assim, o processo criminal contra o parlamentar. Recebida a denúncia, conforme descrito na alternativa "C", comunicará a respectiva Casa, que poderá, por provocação de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros (maioria absoluta: 257 deputados federais ou 41 senadores), sustar o andamento do processo, enquanto durar o mandato parlamentar (art. 53, § 3º, da CF/88).

7. Discorra sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. (2,0 pontos)

FAREI COMENTÁRIOS EM SALA DE AULA	01
	02
	03
	04
	05
	06
	07
	08
	09
	10
	11
	12
	13
	14
	15